

CARTA ABERTA

Na conclusão da I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci – JOINGG organizada pelo GGramsci, realizada entre os dias 23 e 25 de novembro de 2016, na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, nós, sócios da International Gramsci Society - IGS/Brasil, juntamente à Coordenação Nacional, bem como, todos os participantes do evento, considerando a gravidade da atual conjuntura econômica, política e social em nosso país, expressamos, através desta carta aberta, nossa preocupação sobre os graves eventos que estamos vivendo, principalmente a partir do golpe “branco” que redundou não apenas no impedimento da presidenta eleita pelo voto popular, como também no recrudescimento da ação repressiva do Estado contra toda forma de organização e ação política autônoma das classes populares, reforçando o caráter de exceção e a seletividade do aparelho judicial-policial brasileiro.

Aproveitando-se da crise do capital, que explodiu, a partir do ano de 2008, no coração do sistema financeiro mundial e espalhou-se pelo mundo, com graves consequências sobre a qualidade de vida das camadas populares, uma aliança empresarial-judicial-parlamentar aproveitou-se das angústias da população diante do aumento do desemprego, a corrupção política, a queda da renda e da qualidade dos serviços públicos, e se apoderou dos aparelhos de Estado com o intuito de impor uma solução reacionária à crise, jogando sobre os ombros da classe trabalhadora e dos mais pobres o pesado fardo das contradições do seu sistema. Penalizando setores vitais do país, estão sendo aprovadas propostas – entre elas, a PEC 241/55 e a MP 746/2016 –, apresentadas com mecanismos autoritários, que buscam resgatar o neoliberalismo mais selvagem, com retirada de direitos sociais e trabalhistas, privatizações, retrocessos na educação e imposição de medidas de austeridade que atingem a população que mais necessita dos serviços públicos.

Diante deste quadro, nós, gramscianos brasileiros, repudiamos qualquer medida de retrocesso e de ataque aos direitos e às liberdades de pensamento, às diversas concepções de mundo, de crenças, culturas, gênero, orientação sexual, etc., oriunda seja de governos e aparelhos repressivos de Estado, em qualquer nível, seja da parcela reacionária da sociedade civil organizada, que, neste contexto de exceção, vem alimentando um ambiente de ódio e intolerância, influenciando inclusive nas próprias políticas governamentais. Repudiamos a violência contra as classes populares praticadas pela repressão policial contra diversas categorias de trabalhadores, o povo pobre e os movimentos sociais. E nos solidarizamos, por fim, com qualquer expressão de resistência popular, indígena, estudantil, ribeirinha, sem terra, LGBT, negra e das mulheres a toda forma de opressão e exploração resultante da reação do capital contra as conquistas civilizatórias da humanidade e os avanços democráticos no Brasil, disponibilizando-nos a fortalecer as lutas populares e a contribuir para a formação e organização política dos subalternos, visando à construção de uma nova hegemonia, de caráter nacional-popular.

Fortaleza, 25 de novembro de 2016.